



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Entre o Medo e a Farda: Crianças nas Linhas de Fogo

Between Fear and the Uniform: Children on the Front Lines

Geovanna Ellen dos Santos Barbosa¹

Paloma Terezinha Miquilini Piani²

Maria Cristina Piana³

Eixo Temático: Eixo 3- Tortura, privação de liberdade e violência de Estado

Introdução

O modo de produção capitalista tem como base a expropriação dos meios de produção, forçando os indivíduos a vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto a riqueza socialmente produzida se concentra em um grupo restrito (Marx, 1985). Na América Latina, essa dinâmica se articula com o processo de racialização, no qual a dominação colonial impôs uma hierarquia racial para justificar a exploração de indígenas, negros e mestiços (Quijano, 2005). A ideia de raça, construída a partir de diferenças fenotípicas, naturalizou a superioridade branca e estruturou relações de poder que ainda hoje determinam o lugar do negro na sociedade brasileira, vinculando exploração econômica e opressão racial.

Infâncias descartáveis: Racismo estrutural e a herança colonial sobre corpos negros

A formação social brasileira está profundamente marcada por estruturas coloniais que perpetuam o patriarcado, o racismo e o machismo, articulando a exploração capitalista com relações de dominação históricas. Uma das heranças mais violentas desse processo é a exclusão das pessoas

¹Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP/Franca). Email: geovanna.ellen@unesp.br

²Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP/Franca). Email: paloma.piani@unesp.br

³ Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS- UNESP/Franca). Email: cristina.piana@unesp.br

racializadas no que Fanon (2008) chamou de "zona do não ser" um espaço de negação e desumanização, onde a existência negra é constantemente ameaçada. Essa dinâmica se consolidou no Brasil por meio da destruição sistemática das memórias, saberes e identidades negras, levando à autorrejeição e à desvalorização de tudo que remete à negritude (Passos, 2023).

Desse modo, tais práticas afetam diretamente crianças e adolescentes negros. Conforme Eurico (2021), a análise histórica da infância e da adolescência no Brasil, desde o período colonial, evidencia a persistência de violências e autoritarismos que recaem de forma desigual sobre jovens de diferentes origens, classes sociais, raças/etnias e gêneros. Essas estruturas se perpetuam tanto na sociabilidade objetiva quanto subjetiva da condição de ser uma criança ou adolescente negro.

Mapas do luto: Crianças negras, balas perdidas e a necropolítica das periferias

O cenário de violência armada em favelas e periferias impõe uma realidade cotidiana onde o medo e o trauma são constantes na vida de milhares de crianças. As chamadas "balas perdidas" frequentemente resultam de confrontos entre forças policiais e grupos armados, atingindo crianças em suas casas, escolas ou durante atividades de lazer. Essa situação expõe o colapso da segurança pública e a seletividade da violência. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), dezenas de crianças são feridas ou mortas a cada ano durante operações policiais, com os maiores índices afetando crianças negras, pobres e marginalizadas.

O conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018) ajuda a explicar como o Estado decide quem pode viver e quem deve morrer, tornando a morte de crianças um "efeito colateral aceitável". Essa realidade evidencia o racismo estrutural e a desumanização das crianças que vivem nas periferias. Como resultado, espaços como lares e escolas perdem sua função protetora e se tornam zonas de risco. As instituições públicas, fragilizadas e desconectadas das redes de proteção, estão despreparadas para lidar com essa violência. Em resposta, porém, surgiram movimentos como Mães de Manguinhos e Mães de Maio, transformando dor em mobilização por justiça, memória e implementação de políticas públicas estruturantes.

Considerações Finais

A violência sofrida contra crianças negras e marginalizadas no Brasil não é acidental, mas fruto de um projeto político que conjuga racismo estrutural, desigualdade social e necropolítica. A



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

infância, longe de ser um tempo protegido, é marcada pela militarização dos territórios e pela seletividade letal do Estado. Nesse contexto, formas coletivas de resistência como os movimentos de mães tornam-se essenciais para denunciar injustiças e exigir responsabilização. O Serviço Social, situado nessa realidade, tem o dever ético e político de defender os direitos humanos e articular redes de proteção. Contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas estruturais e antirracistas é um caminho necessário para romper esse ciclo de morte. Defender infâncias marginalizadas é, antes de tudo, afirmar seu direito de existir.

Referências Bibliográficas

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

EURICO, Márcia Campos; *et al.* Crise e questão social: rebatimentos para infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 320-334, jul./dez. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, Livro I, v. II, 1985.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil**: A saúde mental das mulheres negras em questão. Hucitec, 1 ed., São Paulo, 2023.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), Buenos Aires, 2005.